MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
225
DIVISÃO
DE ATOS
INTERNACIONAIS
4.814

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "CAPACITAÇÃO EM ANÁLISE SÓCIO-DEMOGRÁFICA, DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE E SAÚDE REPRODUTIVA NO PARAGUAI"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

o Governo da República do Paraguai
(doravante denominados "Partes"),

Reconhecendo que suas relações de cooperação têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Assunção, em 27 de outubro de 1987;

Tendo em conta que a cooperação técnica na área de análise sócio-demográfica, por meio da capacitação técnica de especialistas, se reveste de especial interesse para ambas as Partes, com base no mútuo benefício, e que a capacitação de técnicos e funcionários governamentais na área contribui para uma melhor formulação de políticas públicas, em particular, para a execução da política de população;

Considerando o Subprograma de Cooperação Sul-Sul entre a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), assinado em Brasília, em 08 de agosto de 2002; e

Considerando o componente População e Desenvolvimento do Programa País do UNFPA para o Paraguai,

Ajustam o seguinte:

Artigo I

1. O presente Ajuste Complementar tem como objetivo a implementação do projeto "Capacitação em Análise Sócio-Demográfica, Distribuição Espacial da População e Meio Ambiente e Saúde Reprodutiva no Paraguai", doravante denominado "Projeto", cuja finalidade é reforçar a capacidade de análise dos funcionários do Governo e o papel das instituições paraguaias

comprometidas com a política de população. Do mesmo modo, se busca aprimorar o uso de informações sócio-demográficas na formulação e execução de políticas públicas.

2. O Projeto contemplará os objetivos, as atividades e os resultados a serem alcançados.

3. O Projeto será aprovado e firmado pelas instituições coordenadoras e pelo UNFPA.

Artigo II

1. O Governo da República Federativa do Brasil designa:

a) a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como a instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) o Núcleo de Estudos Populacionais da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP) como a instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

2. O Governo da República do Paraguai designa:

a) a Direção-Geral de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores (DCI/MRE), a Secretaria Técnica de Planejamento (STP) e o Ministério do Interior (MI) como instituições responsáveis pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; e

b) a Secretaria Técnica de Planejamento (STP) e a Associação de Estudos de População (ADEPO) como as instituições responsáveis pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar.

Artigo III

1. Cabe ao Governo da República Federativa do Brasil:

a) designar técnicos para participar do Projeto; e

b) acompanhar o desenvolvimento do Projeto.

2. Cabe ao Governo da República do Paraguai:

a) designar técnicos para participar do Projeto;

b) apoiar os especialistas enviados pelo Governo brasileiro, colocando à disposição instalações e infra-estrutura adequadas para a execução das atividades de cooperação técnica previstas no Projeto;

c) velar pela continuidade e sustentabilidade das ações desenvolvidas pelos técnicos enviados pelo Governo brasileiro; e

d) acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

Artigo IV

O presente Ajuste Complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros das Partes ou qualquer outra atividade gravosa ao patrimônio nacional.

Artigo V

Na execução das atividades previstas no Projeto, objeto do presente Ajuste Complementar, as Partes poderão dispor de recursos de instituições públicas e privadas, de organizações não-governamentais, de organismos internacionais, de agências de cooperação técnica, de fundos e de programas regionais e internacionais, que deverão estar previstos em outros instrumentos legais que não o presente Ajuste Complementar.

Artigo VI

As atividades mencionadas neste Ajuste Complementar estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil e na República do Paraguai.

Artigo VII

Os assuntos relacionados aos direitos de propriedade intelectual dos resultados, produtos e publicações provenientes deste Ajuste Complementar serão tratados de acordo com as leis vigentes em ambos os países.

Artigo VIII

1. Os documentos elaborados e resultantes das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes. Em caso de publicação dos referidos documentos, as Partes deverão ser prévia e formalmente consultadas e mencionadas no documento objeto de publicação.

2. As versões oficiais dos documentos de trabalho serão elaboradas no idioma do país de origem do trabalho.

Artigo IX

As instituições executoras mencionadas no Artigo II elaborarão relatórios sobre os resultados alcançados no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

Artigo X

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente por períodos de igual duração até o cumprimento de seu objetivo, exceto se qualquer das partes manifestar o contrário.

Artigo XI

O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado, por consentimento mútuo, mediante troca de Notas diplomáticas entre as Partes.

Artigo XII

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação do presente Ajuste Complementar será resolvida pelas Partes, por via diplomática.

Artigo XIII

O presente Ajuste Complementar poderá ser desconstituído por uma das Partes por meio de comunicação escrita à outra Parte com cento e oitenta (180) dias de antecipação. As Partes decidirão sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução.

Artigo XIV

Nas questões não previstas neste Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, de 27 de outubro de 1987.

Feito em Assunção, em 15 de outubro de 2008, em dois exemplares originais, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Valter Pecly Moreira
Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI

Alejandro Hamed Franco
Ministro de Relações Exteriores

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
225
DIVISÃO
DE ATOS
INTERNACIONAIS
4.814

ACUERDO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO DE COOPERACIÓN TÉCNICA ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY Y EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL PARA LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROYECTO "CAPACITACIÓN EN ANÁLISIS SOCIO-DEMOGRÁFICO, DISTRIBUCIÓN ESPACIAL DE LA POBLACIÓN Y MEDIO AMBIENTE Y SALUD REPRODUCTIVA EN PARAGUAY"

El Gobierno de la República del Paraguay

y

el Gobierno de la República Federativa del Brasil
(en adelante denominados "Partes");

Reconociendo que sus relaciones de cooperación han sido fortalecidas al amparo del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República del Paraguay y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, firmado en Asunción, el 27 de octubre de 1987;

Teniendo en cuenta que la cooperación técnica en el área de análisis socio-demográfico, por medio de la capacitación técnica de expertos, reviste especial interés para ambas Partes, en base al mutuo beneficio, y que la capacitación de técnicos y funcionarios gubernamentales en el área contribuye a una mejor formulación de políticas públicas; en particular, para la ejecución de la política de población;

Considerando el Subprograma de Cooperación Sur-Sur entre la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE) y el Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), firmado en Brasília, el 8 de agosto de 2002; y

Considerando el componente Población y Desarrollo del Programa País del UNFPA para Paraguay;

Acuerdan lo siguiente:

Artículo I

1. El presente Acuerdo Complementario tiene como objetivo la implementación del Proyecto "Capacitación en Análisis Socio-demográfico, Distribución Espacial de la Población y Medio Ambiente y Salud Reproductiva en Paraguay", en adelante denominado "Proyecto", cuya finalidad es reforzar la capacidad de análisis de los funcionarios del Gobierno y el papel de las instituciones paraguayas comprometidas con la política de población. Asimismo, se busca

perfeccionar el uso de informaciones socio-demográficas en la formulación y ejecución de políticas públicas.

2. El Proyecto contemplará los objetivos, las actividades y los resultados a alcanzar.

3. El Proyecto será aprobado y firmado por las instituciones coordinadoras y por el UNFPA.

Artículo II

1. El Gobierno de la República Federativa del Brasil designa:

a) a la Agencia Brasileña de Cooperación del Ministerio de Relaciones Exteriores (ABC/MRE), como institución responsable por la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario; y

b) al Núcleo de Estudios de Población de la Universidad Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP), como institución responsable por la ejecución de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

2. El Gobierno de la República del Paraguay designa:

a) a la Dirección General de Cooperación Internacional del Ministerio de Relaciones Exteriores (DCI/MRE), a la Secretaría Técnica de Planificación (STP) y al Ministerio del Interior (MI) como instituciones responsables por la coordinación, seguimiento y evaluación de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario; y

b) a la Secretaría Técnica de Planificación (STP) y a la Asociación de Estudios de Población (ADEPO), como instituciones ejecutoras de las actividades resultantes del presente Acuerdo Complementario.

Artículo III

1. Corresponde al Gobierno de la República Federativa del Brasil:

a) designar técnicos para participar del Proyecto; y

b) hacer el seguimiento del desarrollo del Proyecto.

2. Corresponde al Gobierno de la República del Paraguay:

a) designar técnicos para participar del Proyecto;

b) apoyar los especialistas enviados por el Gobierno brasileño, poniendo a su disposición las instalaciones e infraestructura adecuadas a la ejecución de las actividades de cooperación técnica previstas en el Proyecto;

c) velar por la continuidad y sustentabilidad de las acciones desarrolladas por los técnicos enviados por el Gobierno brasileño; y

d) realizar el seguimiento y la evaluación del desarrollo del Proyecto.

Artículo IV

El presente Acuerdo no implica cualquier compromiso de transferencia de recursos financieros de las Partes o cualquier otra actividad gravosa al patrimonio nacional.

Artículo V

En la ejecución de las actividades previstas en el Proyecto, objeto del presente Acuerdo Complementario, las Partes podrán disponer de recursos de instituciones públicas y privadas, de organizaciones no gubernamentales, de organismos internacionales, de agencias de cooperación técnica, de fondos y de programas regionales e internacionales, que deberán estar previstos en otros instrumentos legales distintos al presente Acuerdo Complementario.

Artículo VI

Las actividades mencionadas en este Acuerdo Complementario estarán sujetas a las leyes y a los reglamentos en vigor en la República del Paraguay y en la República Federativa del Brasil.

Artículo VII

Los asuntos relacionados a los derechos de propiedad intelectual de los resultados, productos y publicaciones provenientes de este Acuerdo Complementario serán tratados de acuerdo con las leyes vigentes en ambos países.

Artículo VIII

1. Los documentos elaborados y resultantes de las actividades desarrolladas en el ámbito del Proyecto serán de propiedad conjunta de las Partes. En caso de publicación de los referidos documentos, las Partes deberán ser previa y formalmente consultadas y mencionadas en el documento objeto de publicación.

2. Las versiones oficiales de los documentos de trabajo serán elaboradas en el idioma del país de origen del trabajo.

Artículo IX

Las instituciones ejecutoras mencionadas en el Artículo II elaborarán informes sobre los resultados alcanzados en el Proyecto desarrollado en el ámbito de este Acuerdo Complementario, los cuales serán presentados a las instituciones coordinadoras.

Artículo X

El presente Acuerdo Complementario entrará en vigor en la fecha de su firma y tendrá vigencia por dos (2) años, siendo renovado automáticamente por período de igual duración hasta el logro de su objetivo, excepto si cualquiera de las Partes manifiesta lo contrario.

Artículo XI

El presente Acuerdo Complementario podrá ser modificado, por consentimiento mutuo, mediante intercambio de Notas diplomáticas entre las Partes.

Artículo XII

Cualquier controversia relativa a la interpretación o a la aplicación del presente Acuerdo Complementario será resuelta por las Partes, por vía diplomática.

Artículo XIII

El presente Acuerdo Complementario podrá ser denunciado por una de las Partes por medio de comunicación escrita a la otra Parte con ciento ochenta (180) días de anticipación. Las Partes decidirán sobre la continuidad de las actividades que se encuentren en ejecución.

Artículo XIV

En las cuestiones no previstas en este Acuerdo Complementario, se aplicarán las disposiciones del Acuerdo de Cooperación Técnica entre el Gobierno de la República del Paraguay y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, del 27 de octubre de 1987.

Hecho en Asunción, el 15 de octubre de 2008, en dos ejemplares originales, en español y en portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DEL PARAGUAY

Alejandro Hamed Franco
Ministro de Relaciones Exteriores

POR EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL

Valter Pecly Moreira
Embajador Extraordinario y Plenipotenciario